



Servidores federais pressionam por decisão no STF

Técnico-administrativos da Universidade Federal de Alagoas lutam para que ministros autorizem a data-base do funcionalismo

LUCAS FRANÇA
REPÓRTER

Os servidores técnico-administrativos da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) cruzaram os braços na terça-feira (19), e realizaram ontem um ato em frente ao Fórum da Justiça Federal, no bairro da Serraria.

De acordo com o coordenador-geral do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Alagoas (Sintufal), a paralisação ocorreu em vários estados. O objetivo do ato é pressionar o Supremo Tribunal Federal (STF), a julgar favorável uma ação

que garanta uma data-base para a categoria. A ação tramita na Corte ao menos desde 2014, quando o ministro Dias Toffoli pediu vistas ao processo.

"Realizamos dois dias de paralisação. Na terça-feira [19] e hoje [ontem, 20], para assegurar a data-base para o funcionalismo público, que está previsto na Constituição Federal, mas nunca foi posto em prática porque não tem lei ordinária para regulamentar. Isso é uma pauta histórica que tem sido rejeitada governo após governo", explicou Davi Fonseca à reportagem da **Tribuna Independente** durante o ato.

Ainda segundo o coordenador-geral do Sintufal, além da data-base, a categoria reivindica também a melhoria no serviço público.

"Reivindicamos também a revogação da Emenda Constitucional 95/2016, conhecida como a lei do 'teto dos gastos', que congela os investimentos públicos, em todas as áreas, por 20 anos. O único reajuste possível será o índice inflacionário - do teto dos gatos. Escolhemos realizar o ato hoje porque está tendo um julgamento do STF de uma ação que remota 2007 e foi paralisado em 2014 quando o ministro pediu vista no processo. Na época tinha três



Servidores esperam que o Supremo Tribunal Federal decida favoravelmente à aplicação da data-base

votos favoráveis à data-base e quatro contra, e ainda tem mais quatro ministros a se manifestar. Agora depende do que eles vão decidir. Estamos fazendo a nossa parte, conversando com a população e com os servidores. A gente espera que seja uma decisão favorável. Desde ontem as mobilizações estão sendo feitas. Trata-se de um direito básico que é regulamentado

na constituição e que nunca foi regulamentado para os servidores", ressaltou Fonseca.

A mobilização aconteceu em vários estados que realizaram atos semelhantes, e também em frente aos fóruns federais.

O processo que tramita no Supremo Tribunal Federal teve origem em São Paulo, quando servidores do parla-

mento paulista acionaram a Justiça para terem sua data-base.

O caso gera repercussão em todas as categorias do funcionalismo público. "Várias entidades, a exemplo da Fasubra [Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras] entraram na ação como 'amicus curiae'", destaca Davi Fonseca.